



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Journal da cidade

ARACAJU, SÁBADO, 8 DE FEVEREIRO DE 2014

MPE quer fim da publicidade envolvendo a área de Saúde

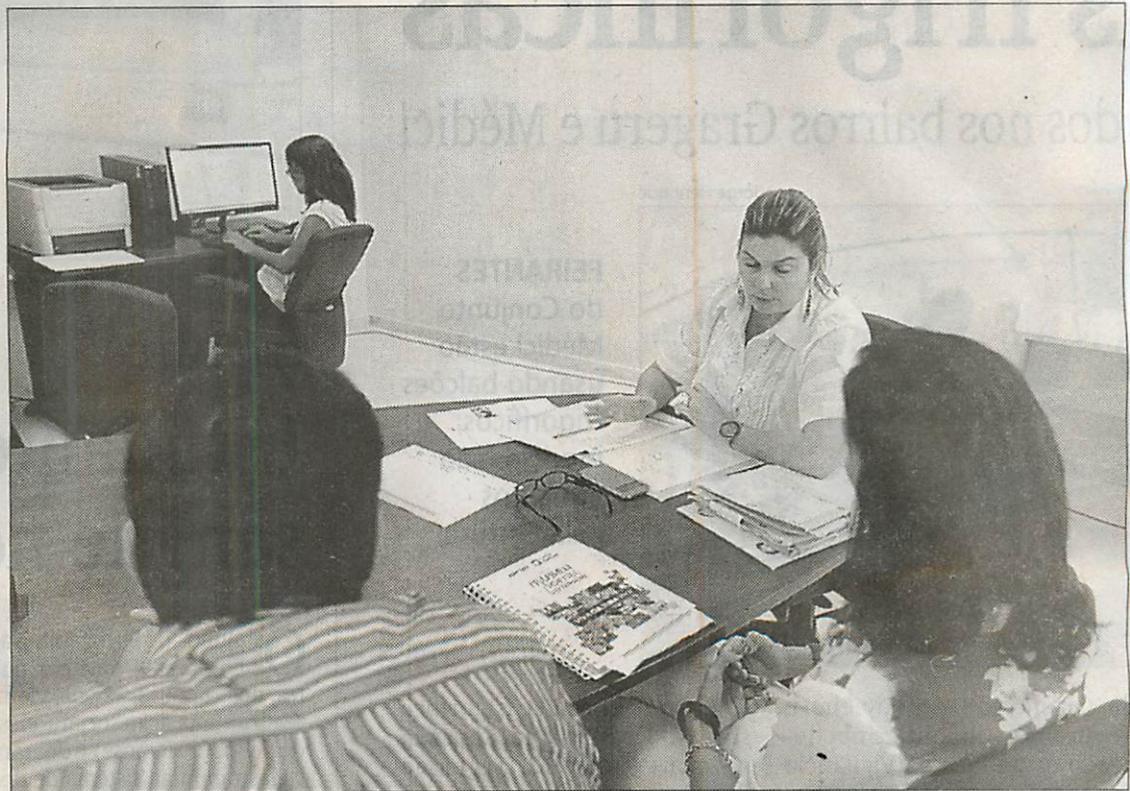
Secom do Estado será alvo de Ação Pública por causa de propaganda

André Moreira

O Ministério Público Estadual, através da Promotoria de Saúde, ajuizará ação civil pública em face da Secretaria de Comunicação Social do Estado com o objetivo de dar fim à veiculação de propagandas institucionais da saúde em Sergipe. De acordo com a promotora Euzá Missano, não é possível permitir que recursos públicos sejam destinados à publicidade, quando a realidade aponta uma séria crise na prestação de atendimento à saúde.

“É preciso que haja prioridade na destinação dos recursos públicos. Existe um contrato global para publicidade no governo e tem sido veiculadas propagandas do Hospital do Câncer e da UTI do Huse, cujo investimento, segundo os representantes da Secom, não é verba destinada à saúde. O nosso pedido é para essa verba pública seja destinada a compra de medicamentos, por exemplo, uma vez que vivenciamos uma situação grave na saúde, de deficiência na assistência aos pacientes”, afirmou.

Ao lembrar de uma ação civil pública do ano de 2012, abordando o mesmo assunto, a promotora Euzá Missano ressalta também uma recomendação feita no ano passado a respeito da publicidade da unidade hospitalar de Nossa Senhora do Socorro.



PROMOTORA Euzá Missano tenta convencer o governo estadual a gastar verba publicitária com remédios

“Ajuizamos uma ação em 2012 pedindo que os recursos destinados à Secretaria de Estado da Educação para publicidade fossem relocados para gastos com a prestação de serviço, não se veiculando propaganda institucional. E no ano passado, encaminhamos a recomendação quando da observância de uma publicidade da unidade de

Socorro, por entendermos que isso atinge o usuário que está doente, com câncer, por exemplo, e não dá continuidade ao tratamento por falta de medicação. Assim, é preciso que se respeite e que se dê prioridade absoluta à saúde e não à publicidade”, disse.

Ainda segundo a promotora Euzá Missano, somente as campanhas educativas refe-

rentes à prevenção de doenças devem veiculadas. “Verbas de publicidade com dinheiro do tesouro público pode ser destinada a campanhas de utilidade pública, como de educação no combate a dengue. Mas exibir imagens de espaços, cujos serviços são carentes e pessoas doentes aguardam por atendimento, não concordamos”, frisou.